

Jornal Senado Mulher

Informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradoria da Mulher do Senado vai expandir trabalho pelo Brasil

Criada em 2013 para zelar pela defesa dos direitos da mulher, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado vai expandir o trabalho pelo Brasil no segundo semestre de 2014.

O objetivo é garantir que o Senado se insira de forma mais efetiva no processo de construção de uma sociedade sem discriminação, onde homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e com menos violência.

Até o final do ano, a idéia é levar a Procuradoria para atendimento itinerante em municípios do interior do país. Nos locais, serão ofertados serviços como recebimento e encaminhamento de denúncias e orientações sobre a legislação.

Novos espaços de poder

O órgão está incentivando a implantação de Procuradorias da Mulher em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas por todo o Brasil. Informações sobre como criar o órgão são repassadas (veja o quadro).

— É mais um canal de valorização das mulheres e

de elaboração de propostas que melhorem as condições de vida dessa camada social tão importante — diz a procuradora da mulher, Vanessa Grazziotin.

No Senado, há atualmente 10 senadoras entre 81 parlamentares (cerca de 12% do total).

12% dos senadores são mulheres



Bancada feminina de senadoras

Como criar o órgão no Legislativo

- ✓ Verificar quais são os tipos de proposição legislativa existentes na Casa.
- ✓ Escolher a mais adequada. Normalmente, é melhor via Projeto de Resolução.
- ✓ Apresentar a proposta no respectivo Legislativo.

Veja o modelo de projeto em: <http://bit.ly/criacaoProcuradoria>

+ Mulheres na Política

A Procuradoria da Mulher do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados desenvolvem uma campanha por mais mulheres na política. O objetivo é aumentar a participação feminina em espaços de poder. O resultado positivo foi a aprovação da minirreforma eleitoral (Lei 12.891/13), prevendo que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promova campanha de incentivo às mulheres. Até 30 de junho, serão veiculados comerciais com esse tema no país.

A chef de cozinha Dadá, da Bahia, é a mais nova participante. Ela gravou spot de rádio incentivando o empoderamento feminino.



Reprodução



Alberto César Araújo

“É preciso reforçar a defesa dos Direitos Humanos em todas as instituições”

O Brasil registra uma onda de crimes que indica a escalada da violência gratuita, com linchamentos e com espancamentos coletivos, como se o país vivesse uma Era Medieval. Nesse cenário com desafios enormes, as mulheres são cada vez mais alvo do descaso e de todas as formas de violência que ganham força na sociedade.

É preciso reforçar a defesa dos Direitos Humanos em todas as instituições, e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal está engajada nessa luta. A cada dia, torna-se mais urgente a necessidade de garantir ações conjuntas e concretas no Executivo, no Legislativo e no Judiciário para que se construa um país mais justo, humano e menos bruto.

Ampliar os canais de valorização das mulheres é uma forma de enfrentar as disparidades que ainda persistem, e a nossa luta contra a violência, o machismo e o preconceito para evitar retrocessos em nosso país é uma luta diária.

Temos muitas barreiras ainda a serem superadas, mas quero deixar uma mensagem positiva. A cada dia, avançamos. Neste mês de junho, mais uma conquista. Estamos lançando a primeira edição do nosso jornal mensal para discutir questões como essas e divulgar serviços à população feminina. Boa leitura!

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Procuradora da Mulher do Senado

Onda de violência é discutida em artigo no Correio Braziliense

Casos recentes de violência contra mulheres em maio, mês dedicado à celebração do Dia das Mães, foram debatidos em artigo publicado no Jornal Correio Braziliense. No texto, a Procuradoria da Mulher do Senado defende o engajamento de todas as instituições na luta por melhorias no país em médio e em longo prazo.

Em defesa de um Brasil mais humano

» VANESSA GRAZZIOTIN
Procuradora da mulher do Senado e senadora pelo PCdoB do Amazonas

O Brasil registra uma onda de crimes que indica a escalada da violência gratuita, com linchamentos e espancamentos coletivos, como se o país vivesse a era medieval. É preciso reforçar a defesa dos direitos humanos na sociedade e em todas as instituições. A cada dia, torna-se mais urgente a necessidade de garantir ações conjuntas e concretas no Executivo, no Legislativo e no Judiciário para que se construa um país mais justo, humano e menos bruto.

No mês dedicado à celebração do Dia das Mães, mulheres foram protagonistas de tragédias. No início de maio, a vítima foi a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33 anos, no Guarujá, litoral paulista. Mulher, mãe de duas meninas, ela foi espancada e morta, depois de confundida com suposta sequestradora de crianças a serem usadas em rituais de magia negra.

Em 12 de maio, veio a público a história da manicure Ane Kely Santos, 26 anos, morta por ter furtado um pacote de bolachas em São Paulo. Três suspeitos foram presos. A po-

lícia não revelou os detalhes, mas uma denúncia anônima levou a um vídeo em que a mulher aparece sendo brutalmente torturada.

Conforme levantamento divulgado pela imprensa, já ocorreram 36 casos semelhantes ao de Fabiane em 2014. Do total, 19 resultaram na morte da vítima — um caso a cada oito dias. Entre 1980 e 2006, foram registrados 1.179 casos de linchamento no Brasil, segundo o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP). No estado recorde de casos, São Paulo, os principais motivos de linchamento foram roubo/sequestro, homicídio e estupro e atentado violento ao pudor envolvendo crianças. Infelizmente, não há estatísticas nacionais mais recentes.

Há dois meses, a auxiliar de serviços gerais Cláudia Silva Ferreira, 38 anos, foi baleada em uma favela da Zona Norte da capital fluminense. Ao ser socorrida por policiais militares, foi colocada no porta-malas da viatura, que se abriu durante o deslocamento até o Hospital Carlos Chagas. No trajeto, Cláudia foi arrastada por cerca de 350m, o que causou mais ferimentos a ela. A jovem chegou morta ao hospital. Segundo parentes, sua perna direita estava em carne viva. Seis policiais militares foram indiciados em inquérito aberto na 29ª Delegacia de Polícia (Madureira).

Conforme levantamento divulgado pela imprensa, já ocorreram 36 casos semelhantes ao de Fabiane em 2014. Do total, 19 resultaram na morte da vítima — um caso a cada oito dias. Entre 1980 e 2006, foram registrados 1.179 casos de linchamento no Brasil, segundo o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP). No estado recorde de casos, São Paulo, os principais motivos de linchamento foram roubo/sequestro, homicídio e estupro e atentado violento ao pudor envolvendo crianças. Infelizmente, não há estatísticas nacionais mais recentes.

Há dois meses, a auxiliar de serviços gerais Cláudia Silva Ferreira, 38 anos, foi baleada em uma favela da Zona Norte da capital fluminense. Ao ser socorrida por policiais militares, foi colocada no porta-malas da viatura, que se abriu durante o deslocamento até o Hospital Carlos Chagas. No trajeto, Cláudia foi arrastada por cerca de 350m, o que causou mais ferimentos a ela. A jovem chegou morta ao hospital. Segundo parentes, sua perna direita estava em carne viva. Seis policiais militares foram indiciados em inquérito aberto na 29ª Delegacia de Polícia (Madureira).

Como procuradora da Mulher do Senado, tenho a obrigação de chamar a atenção para essa realidade. Essas histórias recentes são apenas alguns exemplos de que as mulheres são cada vez mais alvo do descaso e de todas as formas de violência que ganham força na sociedade. É muito mais difícil registrar casos brutais como esses, tendo como vítimas homens. Nesse aspecto, as mulheres são mais frágeis até mesmo pela estrutura física.

Em outra frente, grande preocupação da Procuradoria Especial da Mulher do Senado são os nomes e rostos que permanecem anônimos. Diariamente, milhares de mulheres são agredidas física e psicologicamente, mas não denunciam os alcos por vergonha ou medo. O Amazonas, por exemplo, estado brasileiro que represento, foi onde menos se denunciou violência contra as mulheres pelo Disque 180 em 2013: 2.463 registros. Em contrapartida, o Distrito Federal é o lugar onde mais se denuncia: 15.665 registros. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

pela estrutura física.

Em outra frente, grande preocupação da Procuradoria Especial da Mulher do Senado são os nomes e rostos que permanecem anônimos. Diariamente, milhares de mulheres são agredidas física e psicologicamente, mas não denunciam os alcos por vergonha ou medo. O Amazonas, por exemplo, estado brasileiro que represento, foi onde menos se denunciou violência contra as mulheres pelo Disque 180 em 2013: 2.463 registros. Em contrapartida, o Distrito Federal é o lugar onde mais se denuncia: 15.665 registros. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Diante desse cenário com desafios enormes, a Procuradoria da Mulher foi criada no Senado, em 2013, com a missão de zelar pela defesa dos direitos da mulher. É mais um canal de valorização das mulheres na sociedade, de recebimento de denúncias e de elaboração de propostas que melhorem as condições de vida dessa camada social tão importante. Uma das nossas grandes metas agora é expandir esse trabalho para as assembleias legislativas e câmaras de vereadores de todo país. A ideia é impulsionar ações que garantam mudanças em médio e em longo prazo. Todas as instituições, portanto, devem se envolver nessa tarefa de transformar o Brasil num ambiente mais justo, humano e menos bruto.

Reprodução

Marcelo Favaretti



Técnica da SPM-PR, Ana Rita e ministra Ideli Salvatti

Enfrentar mortalidade materna é desafio no Brasil

A Comissão de Direitos Humanos do Senado fez audiência pública para destacar o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna. O debate alusivo ao Dia 28 de Maio foi conduzido pela presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES). Os participantes manifestaram preocupação com a elevada mortalidade materna. No país, há cerca de 60 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos. A meta do governo federal é totalizar, no máximo, 35 até 2015.

Campanha pela libertação de meninas nigerianas ganha força no Senado

A Procuradoria da Mulher do Senado lançou a campanha #Devolvam nossas meninas em favor da libertação de mais de 200 estudantes nigerianas sequestradas no país africano há mais de um mês.

Roberto Castella



Senadores Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin e Alfredo Nascimento apoiam iniciativa



Divulgação

Vários senadores aderiram à iniciativa nas últimas semanas. Um álbum com senadores simpáticos à causa foi criado no Facebook. Veja o álbum completo de fotos em www.facebook.com/procuradoriamulher.

A Procuradoria manifestou solidariedade às famílias das vítimas do grupo radical Boko Haram. Segundo o porta-voz do grupo, elas serão liberadas em troca da libertação de militantes presos. Há preocupação, porque as meninas estão sendo submetidas a toda sorte de violência.

Marcelo Favaretti



Marcelo Favaretti

Senadoras Ivonete Dantas e Ana Amélia

Bandeirinha agradece solidariedade do Senado

Alvo de declarações machistas durante jogo do Cruzeiro e Atlético-MG, a bandeirinha Fernanda Colombo agradeceu a manifestação de apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

— Agradeço muito pelo apoio. Todas nós estamos nessa luta diariamente. Obrigada! — afirmou Fernanda.

No final de maio, a Procuradoria divulgou nota condenando o machismo que persiste em todos os campos, principalmente, no futebol.

A assistente do árbitro marcou de forma equivocada um impedimento do ataque do Cruzeiro em jogo com o Atlético-MG. O diretor de futebol do Cruzeiro, Alexandre Mattos, argumentou que Fernanda não seria capaz de suportar a pressão em “jogos importantes” e chegou a aconselhá-la a “posar nua”. Após o episódio, o técnico se retratou publicamente.

Em nota, a Procuradoria condenou o questionamento do trabalho da bandeirinha de forma machista e preconceituosa.



Loungans Duarte / Diário do Sul

Fernanda foi criticada de forma machista por erro na marcação de impedimento

400 mil mulheres praticam o futebol regularmente no Brasil

Reprodução



Violência contra a mulher. Nós Ligamos

Aplicativo de celular amplia opções para atendimento às mulheres vítimas de violência. A Procuradoria da Mulher do Senado apoia a iniciativa desenvolvida pela ONU Mulheres e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Saiba mais em www.spm.gov.br.

Assassinato de mulher por questão de gênero pode virar crime hediondo

Mariele Brum



ONU Mulheres faz reunião no Senado

Representantes da ONU Mulheres fizeram visita ao Senado e pediram prioridade na aprovação do PLS 292/2013, que altera o Código Penal para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

A proposta transforma o assassinato de mulher por razões de gênero em crime hediondo. A pena para autor desse crime seria de 12 a 30 anos de prisão. É considerado feminicídio, quando a vítima tem relação de afeto ou parentesco com o agressor ou tenha sofrido ataque sexual, sendo mutilada ou desfigurada.

O clamor pela votação do projeto foi feito em reunião com a Procuradoria da Mulher do Senado. Em maio, a matéria estava pronta para a ordem dia no Senado. A Procuradoria se comprometeu a dar atenção especial ao tema.

A Procuradoria está de olho

- ✓ **2001–2011** Estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios, cerca de 5 mil mortes por ano no Brasil.

Fonte: IPEA/Ministério da Saúde

SPM e ONU Mulheres promovem oficina sobre feminicídio

Integrantes de movimentos sociais, de universidades e de agências governamentais discutiram o conceito de feminicídio em Brasília. A Procuradoria da Mulher do Senado participou do evento que debateu o assassinato de mulher por razões de gênero. Ficou acertado que serão feitas ações para aumentar a visibilidade da questão na sociedade. A discussão foi promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência (SPM-PR) e ONU Mulheres.



Raquel Lasalvia

Debate reuniu especialistas

Em defesa da vida: mês das parteiras é comemorado no Quintas Femininas

A Procuradoria da Mulher do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados promoveram debate sobre o trabalho das parteiras no Brasil. A atividade integrou o projeto Quintas Femininas que ocorre mensalmente no Congresso.

A discussão é fundamental por envolver questão de saúde da mulher. No país, anualmente, são realizados pelo menos 38 mil partos domiciliares, sendo que a maioria dos casos é assistida por parteiras tradicionais, conforme o DATASUS. O parto domiciliar é alvo de ações do Ministério por meio da Rede Cegonha. A maior incidência de casos ocorre nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. No Norte e Nordeste, há cerca de 60 mil parteiras.



Marcelo Favaretti

Fique Atento

- ✓ O número de cesáreas aumentou de 38% para 52% na rede pública e privada no Brasil, o que está bem acima dos padrões da OMS.

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Milena Flores

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Claudio Portella, Secom/Jornal do Senado

Textos e edição: Mariele Brum

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Mariele Brum (MTB 11.085/RS)

Endereço: Senado Federal, anexo 2, primeiro andar

Praça dos Três Poderes. CEP: 70165-900. Brasília-DF

Telefone: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www.senado.leg.br/procuradoria